



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25-05-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública semipresencial desta Comissão, do ano de 2022.

Esta audiência tem como tema cumprir o disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a demonstração do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e também pelo Youtube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 30 de abril de 2022, com publicação nos jornais *Folha de S.Paulo*, no dia 18 de maio de 2022, e *O Estado de S.Paulo*, no dia 23 de maio de 2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 30 de abril de 2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foram convidados para esta audiência o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo, que comparece de forma online, acompanhado da Sra. Cláudia Bice Romano, Assessora Econômica, e dos Srs. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal, e do Sr. Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro; Dr. João Antônio da Silva Filho, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município, que será representado pelo Sr. Marcos Thulyo Torreão Tavares, Agente de Fiscalização da Subsecretaria de Fiscalização e Controle; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Está presente, de forma online, o nosso querido Vereador Gilberto Nascimento.

Bom dia, Secretário. Bom dia, Thulyo, Henrique.

Tradutores de Libra Hélvio e Tiara, obrigado.

Presentes os Vereadores Isac Felix, Dr. Sidney Cruz.

Secretário, mais uma vez, bom dia. Muito obrigado por sua presença e de sua equipe.
Thulyo, representante do Tribunal de Contas do Município, muito obrigado por sua presença.

Tem a palavra o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo, para a sua exposição.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Cumprimento o Vereador Jair Tatto, Presidente e a todos os Vereadores presentes: Isac Felix, Dr. Sidney Cruz, Gilberto Nascimento. Cumprimento também todos os presentes a esta reunião, especialmente o Dr. Thulyo.

Eu vou, aqui, colocar a apresentação, Sr. Presidente.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Mais uma vez, bom dia a todos. É sempre uma honra participar da audiência, ainda que virtualmente.

Então, hoje faremos a apresentação dos nossos resultados do 1º quadrimestre, em atendimento ao que está especificado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Começando, como sempre, com as receitas. E, aqui, então eu vou, como tradicionalmente, Sr. Presidente, eu vou só apontando algumas questões mais relevantes.

Aqui é a nossa Receita Consolidada. Sempre lembrando todos: nós estamos sempre, aqui, fazendo comparações do 1º quadrimestre de 22 com o 1º quadrimestre de outros exercícios. Então, é sempre janeiro a abril contra janeiro a abril. Então, nós vemos aqui um aumento de 17% nas Receitas Correntes, mas se nós colocarmos 21 e 22 em perspectiva, nós vamos ver que, na verdade, nós estamos falando da inflação. Nós tivemos uma aceleração da inflação no ano passado, então isso, agora, está refletindo nesse aumento. Fazendo a média aí, portanto, de 21 e 22, nós vamos chegar nisso.

É sempre bom nos lembrarmos aqui da Receita Não Corrente de 2020, com esse valor bem acima do normal, com o aumento de 372% com o ano anterior, mas sempre lembrando

que foram os ingressos por conta da Covid.

E aqui, no total, nós também chegamos na mesma conclusão. Tivemos um aumento de 16,5% nesse quadrimestre, comparado com o outro. Mas aqui, mais uma vez, é basicamente um efeito da inflação. Claro que nós tivemos aí, ainda, um pequeno crescimento da receita, mas ele não é significativo, aumento real, né.

Ainda nas Receitas Correntes, nós temos aqui alguns apontamentos importantes. Aqui, crescimento de 51% de multa, juros, deduções, e ele basicamente se refere ao PPI. Então, nós estamos aqui, ainda, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril recebendo parcelas do PPI de 2021. Na verdade, 545 milhões desse valor de 919 milhões, são decorrentes de pagamento de parcelas do PPI de 2021.

Esse aumento, também significativo da Receita Patrimonial. Basicamente, nós tivemos um aumento muito forte das Receitas Financeiras. Isso tudo em decorrência do aumento da Selic. Então, aumenta a Selic, aumenta a remuneração dos depósitos. Então, com o nosso recurso em caixa acaba gerando Receitas Financeiras bem superiores ao ano passado.

Com relação às nossas Receitas Tributárias, ou o que chamamos de Origem Tributária, estamos incluindo repasses de outros tributos, nós tivemos, aí, um aumento de 6,5% de IPTU - abaixo, portanto, da inflação -, mas tivemos um aumento substancial de ISS. Tivemos um aumento de 20% em relação ao período comparado. E, aí, setores, mais uma vez, Informática, Agenciamento, Comunicação, Construção Civil e Representação. A nota preocupante aqui, Sr. Presidente e Srs. presentes, é que nós tivemos uma queda bastante significativa, uma tendência de queda das Receitas...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, se me permite.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O senhor tem janeiro a abril, na variação nominal, 19, 20 e depois 22, está certo?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Desculpa. Na verdade, Presidente, perdão. Na verdade, foi um erro, aqui, da tabela. É 2020, 2021 e 2022.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, onde está 2020, nós consideramos 2021, ok?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Isso. Os senhores me desculpem. Foi um erro, aqui, de digitação.

A SRA. CLÁUDIA BICE ROMANO – Erro nosso, Secretário. Realmente, confirmando, as variações estão corretas e o título só é que está errado. É 20, 21 e 22. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está considerado e perdoado. Pode seguir, Secretário.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Obrigado. Mas enfim, a nota triste do ISS, ou triste ou preocupante, é que tivemos uma tendência de queda das receitas decorrentes do setor financeiro. E nos nossos estudos, temos comparações com outros períodos, essa queda de receita do setor financeiro especificamente, muitas vezes indica, antecipa uma possível recessão. Então, espero que desta vez esta curva nos engane, mas preciso fazer essa observação a V.Exas.

O ITBI também teve uma queda, nosso entendimento é que tinha obviamente um represamento de negócios por conta da pandemia. Então, no ano passado foi muito forte, um aumento de 50%. E agora nesse começo de ano tivemos uma redução, uma desaceleração, não é uma coisa que está nos preocupando muito, porque já vamos chegar lá na frente, as outorgas onerosas estão bastante fortes, então, imaginamos que os lançamentos vão voltar a ter aceleração.

O IPVA teve um aumento abaixo da inflação e estamos creditando essa redução, ou melhor, essa menor aceleração por conta do parcelamento maior. Este ano o Estado de São Paulo parcelou em cinco parcelas, então, acabamos perdendo neste quadrimestre duas parcelas. Duas não, na verdade, uma parcela só, que é a parcela de maio. Então, imaginamos que no próximo quadrimestre vamos ter um pequeno repique por conta disso.

E fazendo uma análise dos 11.9, basicamente vemos que seguimos a inflação, está muito próximo da inflação com um pequeno ganho, ao contrário de 2020, que tivemos uma

recuperação nas receitas.

Aqui, aquela comparação que fazemos entre o PIB do Estado de São Paulo e o PIB do Brasil, as curvas acabaram se encontrando, mas temos uma projeção Focus prevendo 0.7 para o país, para o Brasil. E a Fundação Seade prevendo 1.3 para São Paulo. Então, se essas previsões se confirmarem vamos continuar ainda tendo um pequeno descolamento entre o crescimento do Estado de São Paulo, e obviamente a cidade de São Paulo é muito importante nisso, com o restante do Brasil.

Aqui mostra que tivemos uma boa recuperação e continuamos ainda, embora com um pequeno achatamento na curva, mas continuamos ainda recuperando empregos. Tivemos aquele decréscimo que é sazonal no mês de dezembro e a curva continua subindo. Então, tinha a geração líquida de empregos, na cidade de São Paulo, ainda continua positiva.

Com relação às receitas de capital, aqui a observação mais importante é esse aumento de 92% nas outras receitas de capital. E desse valor de 525 milhões, 300 milhões são outorga onerosa, o que dá um aumento real, já descontada a inflação, de 26,7%. Então, isso indica que teremos no futuro próximo novos empreendimentos na Cidade, o que vai nos propiciar mais receitas de construção civil, arrecadação de ITBI e assim por diante.

As operações de crédito foram zeradas, não tivemos novas operações de crédito agora, nesse primeiro quadrimestre, até porque obviamente estamos revendo essas prioridades, por conta das nossas disponibilidades financeiras.

Então, com isso agora nós entramos nas despesas. Primeiro quadro, mostra um aumento nominal de 7.3% nas despesas correntes. Mais uma vez, já tinha dito isso na outra audiência, Sr. Presidente, a inflação tem um efeito retardado com relação às despesas do Município. Então, começamos a sentir os efeitos da inflação na receita, uma vez que os faturamentos aumentam, com isso os impostos, especialmente o ISS, também aumenta. E as despesas acabam tendo um efeito um pouquinho retardado, até por conta dos contratos, cada contrato tem a sua data de reajuste. Então, temos aí 7.3, mas mais uma vez, se fizermos a divisão dos dois anos, vamos ter algo muito próximo da inflação efetiva.

Com relação às despesas liquidadas, temos aqui também de importante, que a despesa dos ativos já voltou a acelerar. Então, já tivemos no ano passado e em 2020, a despesa cresceu muito pouco por conta da Lei Complementar 173, que proibiu reajustes, aumentos, enfim. Agora, em 2022, já tivemos um aumento de 11.8, e algumas coisas que só queríamos pontuar para justificar esse aumento. O primeiro deles é que a Lei 17.543, aumentou o salário do Prefeito, aumentou também o teto do funcionalismo empurrando alguns salários para cima; tivemos o aumento do Prêmio da Educação, foi para 6 mil reais individuais; tivemos o aumento das alíquotas patronais da Previdência com a reforma, então esse efeito começou a acontecer agora com a entrada em vigor; tivemos a reestruturação das carreiras de nível médio da Prefeitura, que foi a Lei 17.721. E também agora os efeitos estão sendo gerados, a criação de algumas gratificações, gratificação de difícil acesso para algumas carreiras, gratificação de regiões estratégicas, então, com isso tivemos novamente um aumento das despesas de pessoal, os ativos.

Aqui, uma coisa interessante, é que pela primeira vez nos últimos anos, nos últimos quadrimestres, tivemos um aumento menor da despesa com inativos do que de ativos. Historicamente sempre temos a despesa com ativos menor do que o aumento da despesa com inativos. Nesse quadrimestre, pela primeira vez nos últimos quadrimestres, já podemos enxergar um aumento da despesa de inativos menor do que a dos ativos. E isso já é de certa forma um efeito da reforma Previdenciária, que vai paulatinamente diminuindo as insuficiências de caixa do Iprem.

Aqui, essa redução de juros e encargos da dívida é decorrência direta do acordo do Campo de Marte, muito embora ainda tenham providências jurídicas a serem feitas para extinguirmos definitivamente o contrato com a União, mas nesse momento já estamos fazendo os pagamentos via depósito judicial. A última parcela efetivamente do acordo foi paga em janeiro, a partir de fevereiro esses valores que estão sendo depositados serão devolvidos assim que conseguirmos concluir a parte burocrática do acordo.

Aqui, só lembrando, esse aumento em 2021, de 28.4% nas outras despesas

correntes, também ainda é resultado da Covid. No primeiro quadrimestre de 2020, ainda não foi grande porque a Covid começou a realmente causar seus efeitos em março. Então, aqui sim, no ano passado, quando nós tivemos a segunda onda que nós tivemos um aumento grande.

Quanto às despesas de capital liquidadas, nós temos um aumento significativo dos investimentos, que mostra que a Prefeitura está conseguindo acelerar os investimentos já nesse primeiro quadrimestre e ainda está aquém do que a gente espera e precisa, mas já houve uma aceleração visível dos investimentos.

E aqui é a amortização da dívida, mais uma vez, em decorrência do acordo do Campo de Marte, o que nos fez obviamente diminuir drasticamente o pagamento de juros e amortização e encargos.

Aqui um quadro sobre os restos a pagar. Já houve um pagamento significativo do que foi o saldo de 31/12. Aqui é importante ressaltar que, desses R\$ 3,4 bilhões, quase R\$ 2,6 bilhões é despesa da Educação, R\$ 146 milhões do Fundo Municipal de Saúde e R\$ 122 milhões é de Siurb, de contratos de obras que ainda não conseguiram ser liquidados, mas que serão liquidados nos próximos meses.

Com isso, vamos à última parte, que são os resultados relativos a dívidas e limites. O resultado do primeiro quadrimestre é ainda um resultado positivo, de R\$ 7,6 bilhões. Porém, é importante fazer uma observação de que nós já temos empenhados R\$ 40 bilhões do orçamento deste ano, que é da ordem de R\$ 80 bilhões. Portanto, R\$ 39,3 bilhões já estão empenhados, o que mostra que já está havendo uma aceleração da execução orçamentária da Prefeitura.

Esse é o primeiro quadro do resultado primário nominal. Nós tivemos um resultado primário acima da linha, de 6,9; e um resultado nominal acima da linha, de 7,4, contra essa meta que foi definida na LDO, de 1,3 e 4,2 negativos.

Aqui, o nosso quadro dos limites. Nós estamos ainda com uma situação muito favorável, de 34,95. Obviamente, essa despesa de pessoal tende a crescer este ano e a gente vai aumentar um pouco. Tem uma preocupação aqui que é importante colocar também a V.Exas. que a Secretaria do Tesouro, este ano, nos obriga a indicar como despesa de pessoal os gastos

com o pessoal das Organizações Sociais, ou seja, os contratos de gestão basicamente da Saúde.

Aqui, são nossos limites para eventual operação de crédito, que são baixíssimos. Então, temos uma capacidade enorme para, eventualmente, contratar empréstimos. Nesse momento, obviamente que não pretendemos fazer, exceto algumas operações já em andamento.

E aqui a dívida consolidada. Nós ainda mantemos contabilmente a dívida do Campo de Marte, porque como eu disse a V.Exas. ainda há algumas providências formais, burocráticas, para o encerramento formal do contrato, o encerramento definitivo do contrato. O acordo já foi celebrado, já foi inclusive homologado pelo Ministro do Supremo Kassio Nunes Marques.

Agora está pendendo um ajuste na lei orçamentária da União, já existe um PLN para fazer esse ajuste e, uma vez aprovado, nós passaremos para a fase de encerramento do contrato junto à Secretaria do Tesouro.

Esse gráfico vai ficar positivo, na verdade, assim que a gente conseguir formalmente. A gente espera ter isso já na próxima audiência do próximo quadrimestre.

Mas voltando, nós temos então uma dívida consolidada líquida de R\$ 15 bilhões, obviamente considerando a nossa disponibilidade de caixa. E, se a gente tirar os R\$ 25 bilhões, ficaremos R\$ 10 bilhões positivos. É claro que a tendência desse caixa é diminuir, mas obviamente a Prefeitura vai ficar numa situação fiscal inédita, invejável, com absoluta saúde financeira para poder fazer os investimentos necessários não só do Programa de Metas, mas das demandas que a Cidade precisa.

Sr. Presidente, era isso. Mais uma vez, agradeço. E a minha equipe está à disposição para eventuais questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há um debate de que a Prefeitura tem R\$ 30 bilhões em caixa, mas o senhor está dizendo que são R\$ 31,859 bilhões, ok?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – É. Sr. Presidente, só fazendo uma observação técnica muito relevante...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu diria até o quadrimestre. Ok, já estamos no final de maio.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – É, nem é essa a observação. É o seguinte: o saldo de caixa não é o saldo que é disponível da Prefeitura, o saldo disponível da Prefeitura é um saldo grande, bom, que será usado para investimentos, mas como eu disse ao senhor nós temos R\$ 40 bilhões já empenhados. Nós temos receitas desse saldo total, além de empenhos já comprometidos, nós temos também contas vinculadas que não podem ser usado, senão para determinadas atividades, enfim. Então, o saldo caixa líquido é de aproximadamente R\$ 10 bilhões. Então, R\$ 21 bilhões é o saldo total porque, obviamente, a Prefeitura tem que pagar folha de pagamentos, todos os contratos, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Essa parte, eu entendi, Secretário. Então, se puder só repetir para mim: aquilo que não foi empenhado que é “restos a pagar”. Por exemplo, Educação, o senhor colocou o valor que temos disponível que vem do outro período, do outro ano. É isso?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Isso. Esse é um dos exemplos de recursos que já estão comprometidos, está no saldo, esse dinheiro está no caixa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele está dentro dessa coluna do R\$ 31,859 bi?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sim. Esse é um deles. Aproximadamente R\$ 3 bi e pouco que são de “restos a pagar”, ainda não...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ainda para serem criados projetos, enfim, para ser utilizados. A maior parte para Educação.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sim. R\$ 3,5 bi, mais ou menos, R\$ 2,5 bi da Educação, são despesas que a Educação já empenhou no ano passado e que não conseguiram, que não puderam ser liquidadas ainda. Ou seja, eles estão nessa conta do caixa, estão na conta da Prefeitura, mas já estão comprometidos. Assim que a Educação conseguir fazer a liquidação, será feito o pagamento e obviamente que esse saldo diminuirá. Mas não é só isso, não são só essas despesas que estão comprometidas, tem outras: a própria folha de

pagamentos, como pagamento de 13º, contratos que já estão também empenhados.

Como eu disse ao senhor, só de empenho, nós temos R\$ 39 bilhões já.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Correto. Muito bem.

Dr. Thulyo Tavares.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Posso fazer a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Com a palavra, o representante do nosso digníssimo Presidente João Antonio da Silva.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o presidente e todos os Vereadores presentes, os colegas da Secretaria da Fazenda e também os munícipes que nos acompanham na audiência de hoje.

Bom, como o Secretário expôs bem, a situação fiscal e financeira do Município é a melhor da história recente. Inclusive, o caixa, os recursos livres, são os maiores dos últimos anos.

Sobre o resultado primário nominal, nós vimos que eles estão muito acima das metas. Isso já vem ocorrendo há vários anos, demonstrando que as metas fiscais estão descoladas da realidade do Município.

Na primeira audiência do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, no dia 11 de maio, nós tratamos do planejamento dessas metas fiscais. Demonstramos que a metodologia está inadequada, pois, além de divergir do disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a metodologia também adota premissas que não estão de acordo com o comportamento histórico das finanças do Município, nem com qualquer distribuição de probabilidades referente ao cenário prospectivo. Com isso, essa metodologia utilizada pela Prefeitura gerou recorrentemente metas fiscais subestimadas para os resultados primário e nominal do Município.

Nesse momento em que analisamos a execução dos resultados primário e nominal, nós verificamos que os resultados estão novamente muito acima das metas, o que nos faz questionar a utilidade do planejamento da política fiscal do Município em relação a se ter metas

que, na realidade, não estão condizentes com os resultados.

No Tribunal, analisamos tanto no âmbito do planejamento das metas quanto no da execução, como agora. E a execução só confirma o que nós já vínhamos apontando em relatórios do Tribunal, notadamente no relatório da LDO de 2022. E o problema também já se arrasta para 2023, conforme mencionamos na última audiência do PLDO, em que as metas continuam subestimadas para os próximos anos.

Com isso, a recomendação do Tribunal para a Prefeitura é de que ela revise a metodologia de cálculo das metas de resultados, tornando-as mais próximas da razoabilidade da realidade do Município.

Especificamente sobre a situação financeira e fiscal do Município, nós vemos algumas opções para a Prefeitura, logicamente, na sua discricionariedade. Mas, além dessa opção que o Secretário comentou – aumentar os investimentos com esses recursos, digamos, extras –, tem outras opções. Por exemplo, poderia ser feita uma capitalização do regime previdenciário, que sabemos que tem um déficit ano após ano, e isso culmina no passivo atuarial – então esse recurso poderia ser utilizado para capitalizar o regime. Poderia ser pensado em reduções de tributos, notadamente o ISS. E aí, obviamente, há prós e contras em se fazer esse tipo de política. Mas eu não vou entrar em detalhes, a menos que haja interesse de vocês.

Então aumentar investimentos, capitalizar o regime de previdência, reduzir tributação ou também poderia ser pensada uma espécie de distribuição desse resultado para os municípios. Então são essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, permanecemos à disposição.

Muito obrigado.

Boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Temos duas inscrições *on-line*.

Temos os Srs. Vereadores ainda conosco na sala?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Vereador Isac, o Dr. Sidney Cruz.

Temos inscritos, de forma *online*, a Sra. Denise Aparecida Januário de Assunção.
(Pausa) Flávia de Barros Moreira Pires. (Pausa) Também não.

Vereador Isac, quer se manifestar? O senhor me ouviu?

Dr. Sidney Cruz?

O Vereador Gilberto não está mais na sala.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu quero cumprimentar V.Exa., os nobres Vereadores que acompanham de forma virtual, o Dr. Thulyo, representante do Tribunal de Contas do Município, nosso Secretário Guilherme Bueno. Quero parabenizá-los pelas falas.

Sr. Presidente e Secretário Guilherme, eu queria entender a respeito desse acordo judicial da amortização da dívida e do pagamento de juros do Campo de Marte.

Esses valores, essa mensalidade, continua sendo paga em depósito judicial, ou esses valores já estão disponíveis nos cofres do Município?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Oi, é uma pergunta que V.Exa. faz, não é, Vereador Dr. Sidney Cruz?

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu também já tenho uma outra.

Pode complementar.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – A minha dúvida é se esses valores estão sendo depositados em juízo ou já estão disponíveis nos cofres do Município, até a formalização do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Eu tenho mais uma pergunta, Secretário.

No início da exposição, na apresentação, o Secretário afirmou que a diminuição da receita do ISS ... com instituições financeiras, ok? Houve um crescimento com relação ao ISS.

Eu estou sem a planilha, mas acho que em torno de 20%, com relação ao quadrimestre do ano anterior.

Tivemos dificuldade no crescimento, no caso, do IPTU.

De qualquer maneira, a planilha já vai estar disponível.

Então vamos seguindo.

Se eu entendi, o Secretário afirmou que houve uma diminuição da receita de ISS com instituições financeiras, ou seja, grande parte dessa redução se deve à diminuição da tomada de empréstimos por empreendedores, um cenário que eu acho temerário, e que indica uma possível recessão.

Tendo em vista esse cenário, o que a Prefeitura está planejando para o próximo semestre? Essa é a minha indagação, Secretário.

Então já podemos partir para as considerações e respostas, Secretário. Pode ser?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Pode, sim, Sr. Presidente.

Respondendo ao Vereador Sidney, vou tentar explicar rapidamente a mecânica do acordo, respondendo objetivamente.

Nós estamos desde fevereiro depositando em juízo os valores. Então, os termos do acordo diziam que a gente suspenderia o pagamento, a partir de fevereiro, da parcela devida no final de fevereiro, no último dia útil de fevereiro, depositando-os em juízo. São parcelas de aproximadamente 285 milhões por mês até que a gente fizesse de fato a extinção do contrato. Como eu disse, ainda pendem algumas questões burocráticas formais, inclusive a aprovação de um PLN, um projeto de lei orçamentária no Congresso para a gente fazer.

Então, enquanto estamos tramitando aí com essas questões burocráticas, nós estamos depositando o valor. Assim que o contrato for efetivamente encerrado, o contrato entre União e Prefeitura da nossa dívida, então aí nós poderemos pedir ao Ministro a liberação, a conversão dos depósitos em renda aqui do município. E aí sim, não só deixaremos obviamente de fazer os desenhos mensais, como receberemos as parcelas que a gente depositou.

Isso tudo porque como tem uma série de questões envolvendo contabilidade pública, as próprias questões orçamentárias do Governo Federal, as questões jurídicas do próprio contrato, enfim. Então, todas as etapas foram previstas no acordo e nós estamos aqui, a cada uma delas resolvendo as questões e aí assim que terminar levantaremos o valor que a gente

depositou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Isso para o próximo quadrimestre possivelmente já estará ...

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Provavelmente sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Burocraticamente...

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Sim, o PLN já está em tramitação. O Relator provavelmente vai dar prosseguimento essa semana. Fazendo a aprovação do PLN nós já podemos fazer de fato a rescisão contratual, a rescisão contratual junto à Secretaria do Tesouro Nacional. E, a partir daí, já temos autorização para pedir ao Ministro Nunes Marques o levantamento dos depósitos que a gente vem fazendo desde fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Essa questão é sobre as instituições financeiras, sobre ISS?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Isso. O que nós aqui mapeamos e por enquanto ainda, enfim, isso não é uma certeza, é só uma possibilidade é que muito embora as receitas com ISS tenham aumentado, as receitas decorrentes de operações financeiras, como o senhor reforçou na sua pergunta, apresentam uma receita de queda.

Obviamente, se isso se confirmar, e nós estamos monitorando quase diariamente se essa tendência se confirmar obviamente vamos ter de pensar em medidas de contenção para que a gente não fique numa situação financeira complicada por conta de uma eventual recessão.

É muito cedo ainda, Presidente, para a gente tem qualquer diagnóstico mais concreto. Por enquanto é só uma curva que historicamente geralmente nos leva a isso. Mas, é muito cedo para tirar conclusões, provavelmente no próximo relatório a gente também vai ter uma situação um pouco mais clara se isso realmente é uma tendência e se essa tendência eventualmente acarretará mesmo, nos levará a uma recessão. Mas, por enquanto ainda é muito cedo para qualquer conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom, *okay*. Vereador Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ - Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Dr. Thulyo, mais alguma observação?

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES - Não, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Então, muito bem. Hoje foi rápido, objetivo e seguiremos em frente. Obrigado, Sr. Secretário. Obrigado, Thulyo, toda a equipe de vocês.

Dia 1º de junho temos aqui mais um encontro, que é a 2ª audiência sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, *okay*? Então, nos encontramos lá.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - *Okay*, Sr. Presidente. Muito obrigado, um abraço a todos e estamos à disposição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - E obrigado pelas boas notícias do município mais uma vez.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO - Obrigado, Presidente. Muito obrigado, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Um abraço a todos. Muito obrigado, bom trabalho.